



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

*Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes
Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000
Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720*

MANIFESTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANUAL - 2022

Emitente: Controle Interno da Câmara Municipal de Barra de São Francisco-ES

Entidade: Câmara Municipal de Barra de São Francisco-ES

Gestor responsável: ADEMAR ANTONIO VIEIRA

Exercício: 2022

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, os procedimentos foram realizados por amostragem, utilizando-se técnicas de auditoria governamental aplicáveis a cada caso.

A seguir apresentamos os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes

Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000

Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa - realização sem prévio empenho	Processos de despesas - empenhos	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	R\$ 5.317.031,01	100%
NOTA: Todas as despesas foram realizadas com emissão de prévio empenho.						
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Empenhos: 119, 120, 121, 271, 272, 278, 586, 587, 590, 647	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9.717/1998, art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local• Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	R\$ 782.009,16	R\$ 16.673,67 R\$ 18.189,46 R\$ 26.574,10 R\$ 16.463,75 R\$ 16.463,75 R\$ 25.476,34 R\$ 21.956,90 R\$ 21.956,90 R\$ 25.599,07 <u>R\$ 19.036,69</u> R\$ 208.390,63
NOTA: As despesas previdenciárias patronais (RPPS e RGPS) foram registradas observando o regime de competência.						
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Pagamentos nºs: 156, 158, 169, 355, 357, 365, 777, 778, 793, 868	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9.717/1998, art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local• Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	R\$ 782.009,16	R\$ 16.673,67 R\$ 18.189,46 R\$ 26.574,10 R\$ 16.463,75 R\$ 16.463,75 R\$ 25.476,34 R\$ 21.956,90 R\$ 21.956,90 R\$ 25.599,07



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes

Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000

Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

						R\$ 19.036,69 R\$ 208.390,63
NOTA: A Câmara Municipal de Barra de São Francisco-ES, considerando a parte patronal – RPPS e RGPS foram apuradas mensalmente e recolhida regularmente, com o devido registro contábil.						
1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento	Pagamentos nºs: 156, 158, 169, 355, 357, 365, 777, 778, 793, 868	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9.717/1998, art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local• Regime de competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	R\$ 782.009,16	R\$ 16.673,67 R\$ 18.189,46 R\$ 26.574,10 R\$ 16.463,75 R\$ 16.463,75 R\$ 25.476,34 R\$ 21.956,90 R\$ 21.956,90 R\$ 25.599,07 <u>R\$ 19.036,69</u> R\$ 208.390,63
NOTA: Não ocorreu em 2022 multas e juros por atraso de pagamento das obrigações previdenciárias.						
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	Pagamentos nºs: 157, 171, 432, 469, 547, 583, 779, 795, 869, 881	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9717/1998 art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	R\$ 320.020,78	R\$ 10.610,51 R\$ 13.689,20 R\$ 13.018,05 R\$ 13.474,10 R\$ 13.693,18 R\$ 13.633,89 R\$ 18.199,18 R\$ 13.362,58 R\$ 14.963,91



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes

Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000

Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

						R\$ 13.593,56
						R\$ 138.238,16

NOTA: As contribuições previdenciárias dos servidores (RPPS e RGPS), estão sendo recolhidas regularmente, com o devido registro contábil.

1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Processos previdenciários	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9717/1998 art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local• Regime de competência	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS ; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS ; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS ; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-------	---	---------------------------	---	--	----------	----------

NOTA: A Câmara Municipal de Barra de São Francisco-ES não possui nenhum parcelamento de débitos previdenciários junto ao RPPS do Município.

1.2.8	Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Processos previdenciários	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-------	--	---------------------------	-----	--	----------	----------

NOTA: A Câmara Municipal de Barra de São Francisco-ES, não tem Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes

Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000

Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

- Da análise do universo dos Processos Contábeis selecionados observou-se as despesas previdenciárias patronais são registradas por competência;
- Que houve as retenções e repasses das contribuições previdenciárias dos servidores respeitando o regime de competência.

1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil compatibilidade com inventário.	- BALPAT; - INVMOV; - INVIMO; - INVALM; - INVINT	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Almoxarifado: R\$ 36.907,17	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos estoques, compatíveis ao INVALM, que apresenta o montante de R\$ 36.907,17
					Bens Móveis: R\$ 1.006.055,84 e Depreciação Acumulada de Bens Móveis: R\$ 543.474,13	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis, compatíveis ao INVMOV, que apresenta o montante de R\$ 1.006.055,84 e Depreciação Acumulada de Bens Móveis: R\$ 543.474,13.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes

Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000

Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

					Bens Imóveis: R\$ 2.421.923,15	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens imóveis, compatíveis ao INVIMO, que apresenta o montante de R\$ 2.421.923,15.
					Bens Intangíveis: R\$ 0,00	As demonstrações contábeis estão compatíveis ao INVINT, que não apresenta valores a declarar.
NOTA: As demonstrações contábeis da Câmara Municipal de Barra de São Francisco-ES correspondem à integralidade dos bens em estoque (almoxarifado), móveis e imóveis, possuindo compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciações acumuladas realizadas.						
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis Registro e controle	- BALPAT; - INVMOV; - INVIMO; - INVINT	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de	Bens Móveis: R\$ 1.006.055,84 e Depreciação Acumulada de Bens Móveis: R\$ 543.474,13	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes

Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000

Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

				agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.		móveis, compatíveis ao INVMOV, que apresenta o montante de R\$ 1.006.055,84 e Depreciação Acumulada de Bens Móveis: R\$ 543.474,13.
					Bens Imóveis: R\$ 2.421.923,15	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens imóveis, compatíveis ao INVIMO, que apresenta o montante de R\$ 2.421.923,15.
					Bens Intangíveis: R\$ 0,00	As demonstrações contábeis estão compatíveis ao INVINT, que não apresenta valores a declarar.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes

Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000

Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

NOTA: A Câmara Municipal de Barra de São Francisco-ES tem mantido registrados (etiquetados) e controlados todos bens.

1.3.3	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	Registro dos Repasses de R\$ 533.611,20, referentes a duodécimos mensais, TVDISP, BALPAT, BALFIN, DEMFCA, EXTBAN	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$ 6.403.334,41	100%
-------	---	--	--	--	------------------	------

NOTA: As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituição financeira oficial, a saber: Caixa Econômica Federa – CEF, Agência 0719, Conta Corrente/Aplicação nº 00000006-8, Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES/SA, Agência 0113, Conta Corrente/Aplicação nº 2.210.839 e Banco do Brasil S/A, Agência 0833-8, Conta Corrente/Aplicação nº 21.505-8.

1.3.4	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	Registro dos Repasses de R\$ 533.611,20, referentes a duodécimos mensais, TVDISP, BALPAT, BALFIN, DEMFCA, EXTBAN	Lei 4.320/1964, Arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	R\$ 1.086.737,74	100%
-------	---	--	--------------------------------	--	------------------	------

NOTA: As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, estando devidamente conciliados.

1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	- Anexo V	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos semestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no	- Disponibilidade de caixa bruta = R\$ 1.086.737,74; - Restos a Pagar Liquidados e Não	- Disponibilidade de caixa bruta = R\$ 1.086.737,74; - Restos a Pagar Liquidados e
-------	--	-----------	-----------------------	---	---	---



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes

Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000

Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

				exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	Pagos = R\$ 39.998,78; - Demais Obrigações Financeiras = R\$ 85.279,47; - Restos a pagar empenhados e não liquidados do exercício = R\$ 173.773,94.	Não Pagos = R\$ 39.998,78; - Demais Obrigações Financeiras = R\$ 85.279,47; - Restos a pagar empenhados e não liquidados do exercício = R\$ 173.773,94. - Disponibilidade de caixa líquida, após a inscrição em restos a pagar não processados do exercício = R\$ 787.685,55.
NOTA: Todas as obrigações foram cumpridas integralmente.						
1.4.6	Despesas com pessoal - abrangência	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da despesa com pessoal - 2º Semestre de 2022.	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	R\$ 3.765.102,48	100%



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes

Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000

Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

NOTA: Todas as despesas com pessoal foram consideradas para o cálculo dos limites

1.4.7	Despesas com pessoal - limite	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da despesa com pessoal - 2º Semestre de 2022.	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	R\$ 3.765.102,48	100%
-------	-------------------------------	--	-----------------------------	---	------------------	------

NOTA: Os limites foram observados do acordo com LRF.

1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites - nulidade do ato	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da despesa com pessoal - 2º Semestre de 2022, observando a Receita Corrente Líquida do Município.	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	R\$ 3.765.102,48	100%
-------	--	--	-----------------------	---	------------------	------

NOTA: Não foram praticados atos sem observação da LRF.

1.4.10	Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da despesa com pessoal - 2º Semestre de 2022, observando a Receita	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	R\$ 3.765.102,48	100%
--------	---	---	--	---	------------------	------



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes

Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000

Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

		Corrente Líquida do Município.				
NOTA: As despesas com pessoal não excederam o limite estabelecidos na LRF.						
1.4.11	Despesas com pessoal - extra-polação do limite - providências/medidas de contenção	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da despesa com pessoal - 2º Semestre de 2022, observando a Receita Corrente Líquida do Município.	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	R\$ 3.765.102,48	100%
NOTA: As despesas com pessoal não ultrapassaram os limites estabelecidos na LRF.						
1.4.13	Poder Legislativo Municipal - despesa com folha de pagamento	Balancete da Despesa e Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da despesa com pessoal - 2º Semestre de 2022.	CRFB/88, art. 29 - A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	R\$ 2.983.093,32	100%
NOTA: O gasto total com a Folha de Pagamento da Câmara Municipal foi de R\$ 2.983.093,32 (dois milhões, novecentos e oitenta três mil, noventa e três reais e trinta dois centavos), NÃO ultrapassando o percentual de 70% dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos de R\$ R\$ 6.403.334,41 (seis milhões, quatrocentos e três mil, trezentos e trinta quatro reais e quarenta um centavo), correspondente a 46,58656145%.						
1.4.17	Despesas com pessoal -	Fichas Financeiras, Lei nº	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo	R\$ 1.040.000,00	100%

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes

Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000

Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

	subsídio dos vereadores - fixação	0946/2019 e Lei nº 1003/2020.		29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.		
NOTA: A fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.						
1.4.18	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento	Fichas Financeiras, Lei nº 0946/2019 e Lei nº 1003/2020.	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	R\$ 1.040.000,00	100%
NOTA: Os pagamentos de Subsídios aos Vereadores obedeceram aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/						
1.4.19	Despesas com pessoal - remuneração vereadores	Fichas Financeiras, Lei nº 0946/2019 e Lei nº 1003/2020.	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de 5% (cinco por cento) da Receita do Município.	R\$ 1.040.000,00	100%
NOTA: O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não ultrapassou o montante de 5% da Receita Corrente Líquida do Município.						
1.4.20	Poder Legislativo Municipal - despesa total	Balancete da Despesa Orçamentária 2022 e PCA.	CRFB/88, art. 29 - A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	R\$ 5.143.257,07	100%
NOTA: O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, NÃO ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88						



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes

Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000

Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

1.5.1	Documentos integrantes da PCA - compatibilidade com o normativo do TCE	Documentos integrantes da PCA exigidos pela IN TC N° 68/2020 Anexo III, Item 2.4	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Arquivos exigidos pela IN TC N° 68/2020, Anexo III Item 2.4 - Contas das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais	Arquivos exigidos pela IN TC N° 43/2020 Anexo III Alínea “D” - Contas das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais
NOTA: Os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no Item 2.4, da IN 68/2020, regulamentadora da remessa da PCA.						
2.2.10	Execução de programas e projetos	<u>Orçamento inicial:</u> Programa: 001 Manutenção das Atividades Legislativas <u>Projetos/Atividades:</u> 1.001 – Manutenção, Reforma e Ampliação do Prédio da CM R\$ 420.000,00 2.001 - Manutenção das Atividades da CM	CRFB/88, art. 167, I.	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na Lei Orçamentária Anual.	Projetos: R\$ 420.000,00 Atividades: R\$ 5.883.500,00 Total: R\$ 5.883.500,00	Total dos Programas e Projetos/Atividades R\$ 6.303.500,00



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes

Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000

Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

		R\$ 5.632.500,00 2.002 - Contribuição para ASCAMES R\$ 30.000,00 1.093 - Contribuições Suplementares ao RPPS RS 221.000,00				
--	--	---	--	--	--	--

NOTA: Não ocorreu em 2022, no orçamento da Câmara Municipal de Barra de São Francisco-ES, execução de programas ou projetos de governo não inclusos na Lei Orçamentária Anual (LOA).

2.2.18	Realização de investimentos plurianuais	Empenhos realizados em 2022	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	R\$ 5.317.031,01	R\$ 5.317.031,01
--------	---	-----------------------------	--------------------------	--	------------------	------------------

NOTA: Não ocorreu no exercício de 2022

2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	Sistema Informatizado de Contabilidade	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	R\$ 6.403.334,41	R\$ 6.403.334,41
--------	---	--	--	--	------------------	------------------

NOTA: Obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes

Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000

Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Empenhos realizados em 2022	Lei nº 4.320/1964, art. 62	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação	RS 5.103.258,29	100%
NOTA: Para todo o pagamento de despesa houve regular Liquidação.						
2.3.1	Passivos contingentes - reconhecimento de precatórios judiciais	BALPAT, PCA 2022.	CRFB/88, art. 100. Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	A UG não possui passivos contingentes.	Não se aplica.
NOTA: Não ocorreu no exercício de 2022.						
2.3.2	Dívida pública - precatórios - pagamento	BALPAT, PCA 2022.	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	A UG não possui passivos contingentes.	Não se aplica.
NOTA: Não ocorreu no exercício de 2022.						
2.5.2.	Base de cálculo de contribuições - RPPS	- RPPS – Patronal (24%) e Segurados (variável de acordo com a faixa salarial), nos termos da Lei Complementar nº 022/2021, e a Suplementar (24%), de acordo	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	R\$ 583.914,04	100%



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes

Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000

Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

		com a Lei nº 0997/2020.				
NOTA: A Lei Complementar nº 022, de 20 de dezembro de 2021 – “ALTERA O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO PARA FINS DE ADEQUAÇÃO AO EQUILÍBRIO ATUARIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, que passa a ter a seguinte redação: “Art. 1º A alíquota mínima de contribuição dos participantes em atividade para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Barra de São Francisco corresponderá ao respectivo percentual sobre a remuneração e recolhida pelo órgão ou entidade a que se vincule o servidor”. Portanto, a contribuição do servidor RPPS foi efetuada nos termos do art. 1º, da LC nº 022/2021; e o art. 3º, fixou em 24% a alíquota patronal. A Lei nº 0997/2020, que instituiu o plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial para o exercício em 24% sobre a remuneração.						
2.5.4	Alíquota de contribuição - Recolhimento	- Arquivo: DEMCSE da PCA 2022, Listagem de Pagamentos de 01/01/2022 a 31/12/2022. - INSS = Patronal (21%), Segurados (variável de acordo com a faixa salarial). - RPPS – Patronal (24%) e Segurados (variável de acordo com a faixa salarial), nos termos da Lei Complementar nº 022/2021.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69 (RPPS). Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º (RPPS)	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	R\$ 853.051,36	100%



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes

Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000

Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

NOTA: As contribuições (Patronal/Segurado), tanto do RPPS/INSS, a Câmara Municipal está obedecendo às alíquotas de contribuições estabelecidas conforme a legislação.

2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	Pagamentos nºs 42, 43, 156, 157, 251, 252, 355, 356, 431, 432, 546, 547, 666, 667, 778, 779, 868, 869, 983, 984, 1099, 1100, 1150, 1151.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS , nas unidades gestoras	R\$ 370.563,24	100%
-------	---	--	--	--	----------------	------

NOTA: As GRPPS das contribuições previdenciárias do RPPS, encontram-se devidamente anexadas aos processos.

2.5.7	Servidores cedidos	PCA 2022 - DELCEDI	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	DELCEDI	100%
-------	--------------------	--------------------	--	--	---------	------

NOTA: A Câmara Municipal de Barra de São Francisco, possui 01(um) servidor cedido a Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco, sendo o RPPS cientificado, pois a Câmara repassou todas contribuições previdenciárias ao RPPS.

2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários - Autorização Legal	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
--------	---	---	---	---	-----------------------	-----------------------

NOTA: Não ocorreu no exercício de 2022.

2.5.26	Censo Atuarial	-	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
NOTA: Não ocorreu no exercício de 2022.						
2.6.3	Pessoal - contratação por tempo determinado	-	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações se destinam ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
NOTA: Não ocorreu no exercício de 2022.						



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes
Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000
Tel.: (XXX) 27 3756 – 2720

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, priorizamos aqueles constantes da IN TC nº 68, de 08 de dezembro de 2020, relacionados ao cumprimento dos limites constitucionais e legais, à execução orçamentária e àqueles ligados às despesas de pessoal, haja vista serem estas as despesas de maior vulto no orçamento deste Legislativo.

Os resultados esperados com as análises realizadas foram a conformidade dos processos, observação de critérios estabelecidos pela legislação e verificação dos controles utilizados nas atividades.

1.2. Constatações e proposições

Abaixo seguem considerações sobre os pontos elencados na IN TC nº 68, de 08 de dezembro de 2020:

Código	Achados/Constatações	Proposições / Alertas	Situação
1.1.2	- <i>Despesa - realização sem prévio empenho:</i> Todas as despesas foram realizadas com emissão de prévio empenho.	Não houve	Regular
1.2.1	- <i>Registro por competência - despesas previdenciárias patronais:</i> As despesas previdenciárias patronais (RPPS e RGPS) foram registradas observando o regime de competência.	Não houve	Regular
1.2.2	- <i>Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal:</i> A Câmara Municipal de Barra de São Francisco-ES, considerando a parte patronal – RPPS e RGPS foram apuradas mensalmente e recolhida regularmente, com o devido registro contábil.	Não houve	Regular
1.2.3	- <i>Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento:</i> Não ocorreu em 2022 multas e juros por atraso de pagamento das obrigações previdenciárias.	Não houve	Regular
1.2.4	- <i>Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor:</i>	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes
Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000
Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

	As contribuições previdenciárias dos servidores (RPPS e RGPS), estão sendo recolhidas regularmente, com o devido registro contábil.		
1.2.5	- <i>Parcelamento de débitos previdenciários:</i> A Câmara Municipal de Barra de São Francisco-ES não possui nenhum parcelamento de débitos previdenciários junto ao RPPS do Município.	Não houve	Regular
1.2.8	- <i>Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber:</i> Não ocorreu no exercício de 2022, Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber, junto ao RPPS.	Não houve	Regular
1.3.1	- <i>Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil compatibilidade com inventário:</i> As demonstrações contábeis da Câmara Municipal de Barra de São Francisco-ES correspondem à integralidade dos bens em estoque (almoxarifado), móveis e imóveis, possuindo compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciações acumuladas realizadas.	Não houve	Regular/ Acompanhar
1.3.2	- <i>Bens móveis, imóveis e intangíveis - Registro e controle:</i> A Câmara Municipal de Barra de São Francisco-ES tem mantido registrados (etiquetados) e controlados todos bens.	Não houve	Regular/ Acompanhar
1.3.3	- <i>Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação:</i> As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituição financeira oficial, a saber: Caixa Econômica Federa – CEF, Agência 0719, Conta Corrente/Aplicação nº 00000006-8, Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES/SA, Agência 0113, Conta Corrente/Aplicação nº 2.210.839 e Banco do Brasil S/A, Agência 0833-8, Conta Corrente/Aplicação nº 21.505-8.	Não houve	Regular
1.3.4	- <i>Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação:</i> As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes
Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000
Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

	contas correntes e aplicações financeiras, estando devidamente conciliados.		
1.3.7	- <i>Obrigações contraídas no último ano de mandato:</i> As obrigações poderão ser cumpridas integralmente devido a disponibilidade de caixa líquida, após a inscrição de restos a pagar não processados do exercício.	Não houve	Regular
1.4.6	- <i>Despesas com pessoal – abrangência:</i> Todas as despesas com pessoal (Vencimentos e Vantagens Fixas e Obrigações Patronais) foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Não houve	Regular
1.4.7	- <i>Despesas com pessoal – limite:</i> Os limites de Despesas com Pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF foram observados, pois na esfera municipal o Poder Legislativo não poderia exceder a 6% do total da Receita Corrente Líquida. Assim, o valor apurado de R\$ 3.765.102,48 (três milhões, setecentos e sessenta cinco mil, cento e dois reais e quarenta e oito centavos) correspondente ao valor das Despesas Total com Pessoal está dentro dos limites, representando a 2,21% da Receita Corrente Líquida de R\$ 170.024.448,71 (cento e setenta milhões, vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta oito reais e setenta um centavos).	Não houve	Regular / Acompanhar
1.4.8	- <i>Despesas com pessoal - descumprimento de limites - nulidade do ato:</i> NÃO foram praticados atos que incidiram em aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	Não houve	Regular
1.4.10	- <i>Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações:</i> As despesas totais com pessoal, no valor de R\$ 3.765.102,48 (três milhões, setecentos e sessenta cinco mil, cento e dois reais e quarenta e oito centavos) NÃO excederam a 95% do limite máximo permitido para o Poder Legislativo de R\$ 9.691.393,572 (nove	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes
Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000
Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

	milhões, seiscentos e noventa um mil, trezentos e noventa três reais e cinquenta sete centavos).		
1.4.11	<p>- <i>Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações:</i></p> <p>As Despesas Totais com Pessoal NÃO ultrapassaram o limite máximo de R\$ 10.201.466,92 (dez milhões, duzentos e um mil, quatrocentos e sessenta seis reais e noventa e dois centavos), correspondente aos 6% estabelecido no artigo 20 da LRF, para o Poder Legislativo Municipal, visto que estamos no percentual de 2,21%. Portanto NÃO houve extrapolação dos limites (máximo, prudencial e alerta).</p>	Não houve	Regular
1.4.13	<p>- <i>Poder Legislativo Municipal - despesa com folha de pagamento:</i></p> <p>O gasto total com a Folha de Pagamento da Câmara Municipal foi de R\$ 2.983.093,32 (dois milhões, novecentos e oitenta três mil, noventa e três reais e trinta dois centavos), NÃO ultrapassando o percentual de 70% dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos de R\$ 6.403.334,41 (seis milhões, quatrocentos e três mil, trezentos e trinta quatro reais e quarenta um centavo), correspondente a 46,58656145%.</p>	Não houve	Regular / Acompanhar
1.4.17	<p>- <i>Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - fixação:</i></p> <p>A fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88</p>	Não houve	Regular
1.4.18	<p>- <i>Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento:</i></p> <p>Os pagamentos de Subsídios aos Vereadores obedeceram aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.</p>	Não houve	Regular
1.4.19	<p>- <i>Despesas com pessoal - remuneração vereadores:</i></p> <p>O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não ultrapassou o monte de 5% da Receita Corrente Líquida do Município.</p>	Não houve	Regular
1.4.20	<p>- <i>Poder Legislativo Municipal - despesa total:</i></p>	Não houve	Regular / Acompanhar



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes
Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000
Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

	O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, NÃO ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88.		
1.5.1	<i>- Documentos integrantes da PCA - compatibilidade com o normativo do TCE:</i> Os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no Item 2.4, da IN 68/2020, regulamentadora da remessa da PCA.	Não houve	Regular
2.2.10	<i>- Execução de programas e projetos:</i> Não ocorreu em 2022, no orçamento da Câmara Municipal de Barra de São Francisco-ES, execução de programas ou projetos de governo não inclusos na Lei Orçamentária Anual (LOA).	Não houve	Regular
2.2.18	<i>- Realização de investimentos plurianuais:</i> Não ocorreu no exercício de 2022.	Não ocorreu	Regular
2.2.24	<i>- Escrituração e consolidação das contas públicas:</i> Obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Não houve	Regular
2.2.32	<i>- Pagamento de despesas sem regular liquidação</i> Para todo pagamento de despesa houve regular Liquidação.	Não houve	Regular
2.3.1	<i>- Passivos contingentes - reconhecimento de precatórios judiciais:</i> Não ocorreu no exercício de 2022.	Não houve	Regular
2.3.2	<i>- Dívida pública - precatórios - pagamento:</i> Não ocorreu no exercício de 2022.	Não houve	Regular
2.5.2	<i>- Base de cálculo de contribuições – RPPS:</i> As contribuições previdenciárias foram calculados de acordo coma Lei Complementar nº 022, de 20 de dezembro de 2021 – “ALTERA O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO PARA FINS DE ADEQUAÇÃO AO EQUILIBRIO ATUARIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, que passa a ter a seguinte redação: “Art. 1º A alíquota mínima de contribuição dos participantes em atividade para	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes
Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000
Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

	o custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Barra de São Francisco corresponderá ao respectivo percentual sobre a remuneração e recolhida pelo órgão ou entidade a que se vincule o servidor”. Portanto, a contribuição do servidor RPPS foi efetuada nos termos do art. 1º, da LC nº 022/2021; e o art. 3º, fixou em 24% a alíquota patronal. A Lei nº 0997/2020, que instituiu o plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial para o exercício em 24% sobre a remuneração.		
2.5.4	- <i>Alíquota de contribuição – Recolhimento:</i> As contribuições (Patronal/Segurado), tanto do RPPS/INSS, a Câmara Municipal está obedecendo às alíquotas de contribuições estabelecidas conforme a legislação.	Não houve	Regular
2.5.5	- <i>Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias:</i> As GRPPS das contribuições previdenciárias do RPPS, encontram-se devidamente anexadas aos processos.	Não houve	Regular
2.5.7	- <i>Servidores cedidos:</i> A Câmara Municipal de Barra de São Francisco, possui 01(um) servidor cedido a Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco, sendo o RPPS cientificado, pois a Câmara repassou todas contribuições previdenciárias ao RPPS.	Não houve	Regular
2.5.10	- <i>Parcelamento de débitos previdenciários:</i> Não ocorreu no exercício de 2022.	Não houve	Regular
2.5.26	- <i>Censo Atuarial:</i> Não ocorreu no exercício de 2022.	Não houve	Regular
2.6.3	- <i>Pessoal - contratação por tempo determinado:</i> Não ocorreu no exercício de 2022.	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes
Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000
Tel.:(XXX) 27 3756 – 2720

1.3. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

A Câmara Municipal de Barra de São Francisco atendeu os limites previstos na Constituição Federal quanto às necessidades administrativas do Poder e aos preceitos da responsabilidade fiscal, como poderemos verificar abaixo.

A Constituição Federal, em seu art. 29-A, estabelece:

“Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

...

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;” (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009).

No que tange à execução orçamentária relativa ao exercício de 2022, destacamos que o valor aprovado para a Câmara Municipal por meio da Lei nº 1.209, de 29 de dezembro de 2021, que “*Estima a receita e fixa a despesa do município de Barra de São Francisco para o exercício financeiro de 2022*” foi no valor de R\$ 6.303.500,00 (seis milhões, trezentos e três mil e quinhentos reais).

Contudo, a Câmara Municipal de Barra de São Francisco, efetuou ao Poder Executivo Municipal - Transferências Financeiras Concedidas (Devolução) – Duodécimo (exercício anterior), o valor de R\$ 236.747,70 (duzentos e trinta seis mil, setecentos e quarenta sete reais e setenta centavos), em 03/03/2022, o valor de RS 100.000,00 (cem mil reais), em 30/09/2022, do exercício de 2022, totalizando RS 336.747,70 (trezentos e trinta seis mil, setecentos e quarenta sete reais e setenta centavos) e um Repasse Concedido ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipal de Barra de São Francisco, no valor de 207.634,85 (duzentos e sete mil, seiscentos e trinta quatro reais e oitenta cinco centavos), para cobertura de pensão/aposentadoria concedidas antes da criação do IPSPMBSF.

Em análise aos Relatórios de Gestão Fiscal, observamos que a Câmara Municipal de Barra de São Francisco, apresentou como Despesa Total com Pessoal no 2º Semestre de 2022,



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Estado do Espírito Santo

Rua Tiradentes, 205 – Bairro Irmãos Fernandes
Barra de São Francisco – ES – CEP: 29800-000
Tel.: (XXX) 27 3756 – 2720

um gasto com pessoal no montante de R\$ 3.765.102,48 (três milhões, setecentos e sessenta cinco mil, cento e dois reais e quarenta oito centavos), sendo R\$ 2.983.093,32 (dois milhões, novecentos e oitenta três mil, noventa e três reais e trinta dois centavos), com Folhas de Pagamento (Servidores / Vereadores) e R\$ 782.009,16 (setecentos e oitenta e dois mil, nove reais e dezesseis centavos) com obrigações patronais/suplementar, o que implica em 2,21% em relação à Receita Corrente Líquida informada pelo Poder Executivo de R\$ 170.024.448,71 (cento e setenta milhões, vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta um centavo), não ultrapassando assim os limites com Despesa de Pessoal no exercício.

No entendimento desta Unidade Central de Controle Interno, no exercício de 2022 as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas "*sub examine*" representam adequadamente a posição orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. ADEMAR ANTONIO VIEIRA – Presidente da Câmara Municipal de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo, relativa ao exercício de 2022.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra **REGULAR**.

Barra de São Francisco-ES, 21 de março de 2023.